





MENSALINHO. Órgão que investiga o caso espera ter desfecho antes do Carnaval

Comissão espera que TJ julgue liminares amanhã

DANIANA LOPES
DA REDAÇÃO

A Comissão Processante (CP) que investiga o caso do escândalo do mensalinho, em Guarujá, aguarda decisão do Tribunal de Justiça (TJ) para poder marcar uma nova sessão que irá decidir o futuro político de três dos oito acusados de participação no esquema.

Sirana Bosonkian (PDT), Nilson de Oliveira Fontes (PR) e Marcos Evandro Ferreira (PR) ainda não foram julgados pela Câmara. Uma liminar judicial evitou que os parlamentares fossem submetidos à votação, na última sexta-feira, após sessão que culminou na cassação do mandato de Helder Saraiva de Albuquerque (PV). Outros quatro acusados — Mário Lúcio da Conceição (PR), Gilson Salgado (PR), Honorato Tardelli Filho (PR) e Joaci Cidade Alves (PTB) — renunciaram aos seus cargos, na última hora, alegando motivos de "foro íntimo".

Se as liminares que impediram o julgamento e a cassação dos vereadores afastados forem derrubadas, a leitura do processo — que entre quinta e sexta-feira durou 22 horas — e o direito à defesa dos acusados em plenário ocorrerão novamente.

O presidente da Comissão



Justiça evitou que Sirana Bosonkian (PDT), Nilson Fontes (PR) e Marcos Ferreira (PR) fossem julgados pela Câmara

Processante, Paulo Piasenti (PSDB), explicou que se trata do "direito à ampla defesa". Na sexta-feira, por ser feriado em São Paulo (a fundação da Capital fez 454 anos), o vereador disse que o Tribunal de Justiça paulista não se manifestaria. Ou seja, não haveria tempo para incluir os três no julgamento.

"Acredito que segunda-feira (amanhã) à tarde a Justiça já tenha uma decisão do agravo. E espero ter um desfecho para esse caso antes do

Carnaval", disse Piasenti.

Autor da representação de cassação dos vereadores, o vice-prefeito José Tucunduva (PSDB) acredita que a liminar concedida pelo TJ será revogada. "Até porque o julgamento político pela Câmara Municipal é um imperativo legal. E uma vez feito isso, a tendência natural da Câmara, até pela veemência das provas e dos indícios contra os vereadores, é cassar o mandato dessas pessoas".

O vice-prefeito acredita que os três acusados ainda

não julgados também devem acabar optando pela renúncia. "Acho que é uma tendência natural, até para escapar das punições políticas".

Tucunduva espera que as investigações continuem até que se consiga apurar quem foi o responsável pelo pagamento das propinas. "Porque se alguém foi acusado de receber, certamente teve um corruptor que efetuava o pagamento, tão culpado quanto aqueles que renunciaram e o vereador cassado".



Vereadores duvidam de filmagens

RAFAEL MOTTA
DA REDAÇÃO

■ Na sexta-feira, pela manhã, pouco depois de terem sido lidas as cerca de 1.500 páginas do processo, alguns dos vereadores que se pronunciaram levantaram dúvidas sobre a legitimidade das gravações em vídeo que originaram os processos judicial e político do mensalinho.

"Há uma falha da Polícia Civil. Por que ela não apresenta um relatório para apurar quais são os envolvidos, a intenção daqueles que instalaram o sistema (de gravação) aqui dentro?", argumentou Marinaldo Nenke Simões, que não era vereador na época das denúncias. "Essa situação toda foi montada a partir de situações ilícitas", alegou Ituo Sato.

Já na parte da defesa dos acusados, o vereador afastado Gilson Fidalgo Salgado se baseou numa "denúncia do YouTube (página de divulgação de vídeos, na Internet)" para comentar que "pagaram R\$ 100 mil à Imprensa para divulgarem essas imagens (do mensalinho)".

"As fitas são lícitas. A prova é lícita", rebateu Piasenti. "Não tenho dúvida nenhuma, senhores: existiu o mensalinho na Câmara de Guarujá".

Leitura dos autos durou 22 horas seguidas

VINÍCIUS HOLANDA
DA REDAÇÃO

■ A leitura dos autos do processo exigiu quase um dia inteiro até que o trabalho fosse concluído — no total, foram 22 horas ininterruptas dedicadas somente à exposição do relatório da Comissão Processante. A ação, que teve início às 11 horas de quinta-feira, só terminou às 9 horas de sexta-feira. Uma situação que ocasionou cenas insólitas, como a de parlamentares que, em certos momentos da madrugada, faziam a leitura para um plenário absolutamente vazio.

O prolongamento da sessão madrugada adentro esvaziou a tribuna da Câmara. Vez por outra, algum assessor de parlamentar se sentava nas cadeiras para acompanhar os pronunciamentos ou simplesmente cochilar. Extenuados, os vereadores que se mantiveram em plenário se revezavam na leitura dos documentos, sem conseguir esconder o cansaço. Outros preferiram voltar para casa ou descansar em seus gabinetes.

"Um minuto para nossos comerciais... senão ninguém aguenta", gracejou o vereador Marinaldo Nenke Simões (DEM), antes de interromper a leitura para tomar água. Nos corredores, os assuntos não se limitavam às possíveis cassações. "Quanto foi o jogo do Santos?", questionou



Demora gerou cenas inusitadas como parlamentares lendo sozinhos

um parlamentar. Ao ser informado da derrota para o Juventus por 3x1, respondeu, resignado: "A gente fica aqui e nem sabe o que acontece fora".

Às 4h15, a movimentação de dois homens de terno adentrando o local interrompeu o marasmo. Mas não havia fato novo — tratava-se apenas da troca de turno da equipe de taquígrafistas. Vinte minutos depois, um homem chegou próximo à grade que separa a tribuna do plenário e repassou um pacote ao vereador Arnaldo do Nascimento (PDT). Este, após abri-lo, distribuiu o

misterioso produto aos companheiros: bombons brancos.

Do lado de fora do prédio, somente a presença de uma viatura da Polícia Militar denunciava a noite atípica na Casa. Mesmo assim, jovens com latas de cerveja nas mãos passavam pelas imediações alheios aos acontecimentos.

Ja pela manhã, questionado sobre qual a fórmula para aguentar tantas horas acordado, o presidente da Comissão Processante, Paulo Piasenti (PSDB), foi enfático: "Isso é mole. Já enfrentei coisas bem piores por aqui".



Oposição vê renúncia como confissão

III Para políticos da oposição, os quatro dos oito acusados de envolvimento no esquema do mensalinho que renunciaram aos cargos assinaram suas confissões de culpa.

"Eu acredito que a renúncia é uma confissão de culpa dos vereadores. Renunciaram porque sabiam que iam ser cassados", disse Paulo Piasenti (PSDB), presidente da Comissão Processante.

O vice-prefeito José Tucunduva, do mesmo partido, vê a renúncia dos quatro vereadores com essa mesma ótica. "Eles deveriam ter a coragem de enfrentar o processo até o final".

Para o vice-prefeito, a cassação de um dos acusados foi uma medida bastante importante tomada pela Câmara para reestabelecer a ética e a moralidade na política. "Foi a resposta esperada por toda a cidade".

GASTOS

Para Piasenti, a Câmara cumpriu "com sabedoria e equilíbrio" sua função. "Isso já deveria ter sido feito na época em que o escândalo veio à tona.

Frase

"Eles deveriam ter a coragem de enfrentar o processo até o final"

José Tucunduva, vice-prefeito

A municipalidade pagou o salário desses vereadores por um ano. Mas o caso já poderia ter sido resolvido lá atrás".

Em 2006, a Justiça afastou os oito acusados de seus cargos, por meio de liminar. Logo em seguida, os parlamentares conseguiram retomar as suas funções políticas. Mas em decisão do Tribunal de Justiça, eles foram novamente afastados e substituídos por outros vereadores. Mesmo assim, continuaram a receber os salários da Câmara.

Considerando que cada vereador do Guarujá recebe em média R\$ 4,5 mil, a Câmara gastou durante um ano R\$ 432 mil a mais só com o pagamento dos oito acusados.



Entenda o caso

O escândalo do mensalinho

O escândalo do mensalinho veio à tona no dia 6 de setembro de 2006, após veiculação de reportagem em rede nacional. As imagens foram gravadas a partir de uma câmera escondida dentro de um televisor no gabinete da presidência da Câmara. Na ocasião, foram mostrados vídeos onde Nilson de Oliveira Fontes, Marcos Evandro Ferreira, Mário Lúcio da Conceição recebiam objetos das mãos do presidente, Gilson Salgado, identificados por eles como convites para a Festa da Tainha, mas interpretados pelo Ministério Público (MP) como sendo dinheiro. Alguns dias depois, novas gravações vieram à tona mostrando a suposta participação de Helder Saraiva de Albuquerque, Sirana Bosonkian, Joaci Cidade Alves e Honorato Tardelli Filho no suposto

esquema de corrupção, além do ex-presidente da Câmara, José Nilton Lima de Oliveira, o Doidão. O MP acusou os vereadores de receberem dinheiro para aprovar projetos do Executivo e, por isso, apontou como mantenedor do esquema o prefeito Farid Madi. A Justiça afastou os oito vereadores acusados. Farid, porém, em nenhum momento sofreu qualquer sanção na esfera judicial. Na Câmara, duas comissões processantes foram instaladas e acabaram arquivadas. Apenas em setembro do ano passado, mais de um ano após o acontecido, foi aprovada a criação da CP que finalmente vingou, culminando com as quatro renúncias e uma cassação.



GUARUJÁ

Policial mata assaltante a tiros na Enseada

DA REDAÇÃO

Um homem foi morto na manhã de ontem após tentar assaltar um policial militar na Enseada, em Guarujá. Wellington Felix de Mello, de 23 anos, e seu comparsa, Rafael dos Santos França de Lima, de 28, abordaram o policial civil Rogério de Almeida Felício quando ele já estava dentro de seu carro, na saída de uma boate.

O crime ocorreu por volta de 5h30. "Eu tinha acabado de sair do estacionamento e estava bem devagar, porque estava mexendo no som. Percebi um vulto na frente do carro e vi que os dois estavam apontando a arma para mim. Eles começaram a gritar e eu pisei no freio e já levantei as mãos", relatou o policial.

Wellington foi para a lateral do veículo e, aos gritos, exigiu que a vítima saísse do veículo. O policial sacou a arma e

disparou três vezes contra o rapaz. O outro assaltante correu em direção à praia, mas Felício saiu do carro e conseguiu alcançá-lo e prendê-lo duas quadras adiante.

O resgate foi chamado e Wellington foi levado ao hospital, mas não resistiu aos ferimentos. Além de apreender a arma, a polícia encontrou, próximo ao local do crime, o veículo que os assaltantes ocupavam, que continha munição, entorpecentes e objetos de outros assaltos.

A dupla já tinha passagem pela polícia por roubo e sequestro. Rafael, inclusive, era fugitivo desde maio do ano passado. Ele cumpria pena em um presídio do Interior por roubo. Ontem, foi recolhido à cadeia anexa à Delegacia-Sede.

Felício mora em Praia Grande e atua na Capital, mas está em férias.



BEBEDEIRA

Ex-BBB é detido por invadir moradia

DA REDAÇÃO

O ex-big brother Fernando Fernandes de Pádua, de 26 anos, foi parar na Delegacia-Sede do Guarujá na manhã de ontem após invadir um condomínio na Estrada Guarujá-Bertioga. Ele foi interrogado pela polícia e liberado em seguida.

Segundo Carlos Eduardo Lima Rachid de Paula, que estava com Fernando, eles haviam passado a noite em uma boate no Sorocotuba e, pela manhã, deram carona a duas pessoas até um condomínio. Carlos Eduardo conversava em frente ao local quando seguranças do condomínio o informaram de que o amigo tinha invadido uma residência vizinha.

A vítima, Marco Antônio Russo, afirmou à polícia que estava em casa quando viu um in-



Fernando participou do BBB 2

divíduo no quintal, "em visível estado de embriaguez", e foi tirar satisfação. Disse ainda que Fernando reagiu agressivamente com ameaças à vítima.

À polícia, Fernando alegou que estava muito alcoolizado e não tinha consciência do que

fazia. O caso foi registrado como violação de domicílio por meio de um termo circunstanciado. "Como é um crime de pequeno potencial ofensivo, conforme prevê o Código Penal, ele foi liberado e responderá à Justiça", explicou o delegado Georges Zedan Chehade.

Não é a primeira vez que o ex-bbb, que participou da segunda edição do programa, se envolve em confusão. De acordo com o delegado, ele já responde a outros nove processos judiciais por lesão corporal, desobediência, resistência, embriaguez ao volante, desacato e injúria racial.

Os dois últimos renderam a ele três dias no Centro de Detenção Provisória de Osasco, em 2005. Ele foi solto após pagar fiança.



ARRIVEDERCI

Guarujá volta a receber a festa

DA REDAÇÃO

Será realizada, dia 9 de fevereiro, na Fortaleza de Santo Amaro da Barra Grande, em Guarujá, a segunda edição da Festa Arrivederci-Santos, da AVW Produções Artísticas. O evento acontece no dia em que o Porto recebe nove transatlânticos e cuja saída poderá ser acompanhada, com vista privilegiada, por quem for à fortaleza.

A festa terá início às 16 horas e contará com diversas manifestações culturais: caricaturas do público feitas na hora por Alex Ponciano e pintura de tela, ao vivo, com os artistas plásticos Ludemar Victor e Anaakauí.

Na parte musical haverá apresentação de jazz e *blues* com Mauro Hector e Theo Canello, de violinos com um quinteto e som com o DJ Mauro Galasso. Ainda, um desfile de moda da grife Vitória Romana. O convite custa R\$ 60,00. Mais informações pelos telefones 3261-3934/3952.



Aluguel para temporada está mais caro na praia

De acordo com Creci, locações estão entre 2,22% a 22,22% mais caras que em 2007

Da Reportagem

O preço das locações de imóveis para temporada no Litoral pode atingir até 22,22% de elevação em relação ao ano passado neste período, conforme dados do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Estado de São Paulo (Creci-SP).

De acordo com a pesquisa, as locações estão entre 2,22% a 22,22% mais caras e as maiores altas estão no Litoral Norte onde uma diária pode chegar a quase R\$ 500 para um apartamento de quatro quartos. Para apartamentos de um quarto, os preços subiram de R\$ 110, em 2007, para R\$ 134,44 neste mês.

Por outro lado, a menor variação foi registrada nas cidades da região metropolitana da Baixada Santista. Nestes municípios, o aluguel de casas com um quarto tem um preço médio que gira em torno de R\$ 276 a diária.

Apesar da sinalização de alta, o Creci recomenda pesquisa, já que bons imóveis po-

dem ser encontrados por preços mais em conta.

No entanto, para o feriado de Carnaval, já está muito mais difícil de encontrar bons imóveis com preços interessantes.

Cuidados

Alugar uma casa ou apartamentos na praia pode ser uma boa opção para quem quer passar mais tempo perto do mar sem pagar os preços de um hotel. No entanto, o delegado regional do Creci da região de Santos, Carlos Manoel Neves Ferreira, é preciso ter cuidado na hora de fechar um negócio. "Nesta época, principalmente Ano Novo e Carnaval, muitas pessoas têm problemas com locação. Muitos alugam pela internet e não se deslocam até o imóvel e acabam acreditando nos anúncios que dizem 'a melhor praia', 'o melhor bairro'. O que pode não ser", diz.

Conforme Ferreira, em alguns casos o imóvel nem mesmo existe e as pessoas só vão descobrir isso quando chegam aqui. "O melhor é sempre ter um corretor para intermediar as negociações", aconselha Ferreira.

Compra e venda também precisam de cuidados

Segundo Ferreira, não é só o aluguel de casas de temporada que exige cuidado. "Também é preciso ficar atento na hora de comprar ou vender um imóvel", garante Ferreira.

A principal preocupação é com a presença de corretores confiáveis na negociação.

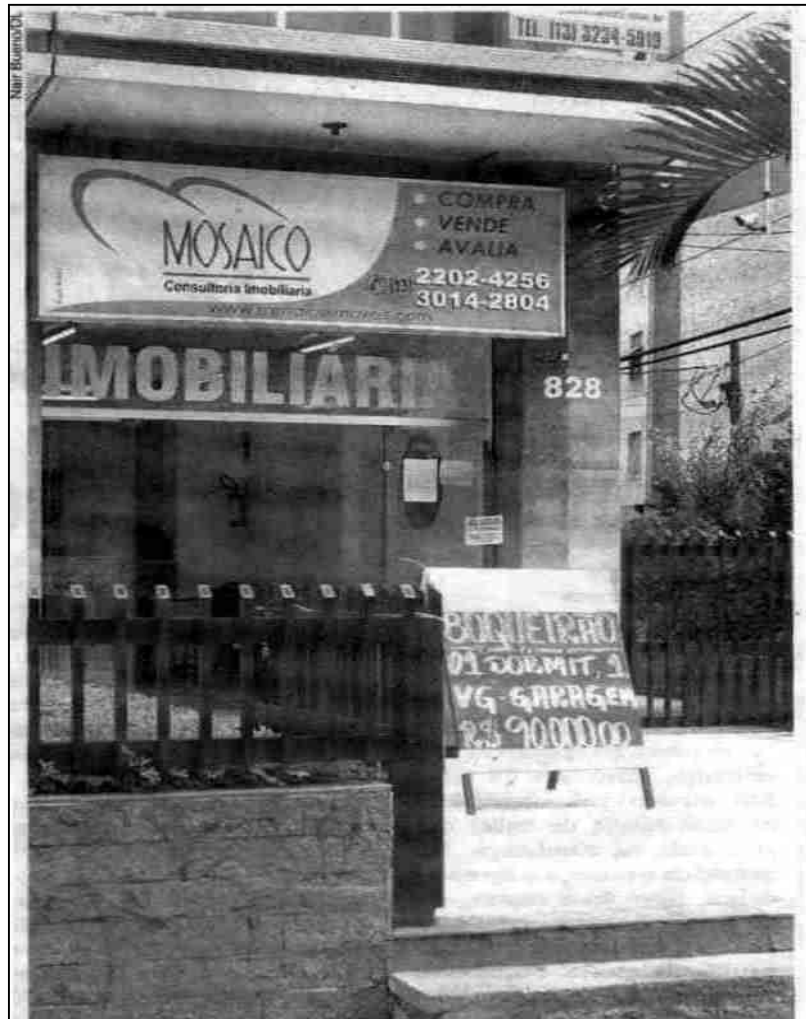
"É importante ter um corretor na hora de comprar ou vender um imóvel porque isso vai garantir toda a documentação. Com o corretor, não existe a falta de certidões". Porém, alerta Ferreira, é preciso ficar de olho nos falsos corretores. "Nós do Creci já ficamos sabendo de um caso em Guarujá que um casal de São Paulo tratou com um pseudo-corretor para a compra de um apartamento que eles acharam que estava com um preço ótimo. Eles se mudaram e só depois de um tempo que descobriram que a transação não

foi de compra, mas de aluguel do apartamento".

Para que isso não aconteça, Ferreira aconselha que as pessoas sempre procurem uma imobiliária, peçam o número do Creci dos corretores e tentem conferir este número ligando para as delegacias regionais do órgão.

Projeto

O vereador Antonio Carlos Banha enviou uma indicação ao Executivo para que seja criada uma lei estabelecendo normas para fixação de placas para venda e compra de imóveis em Santos com o nome e o registro no Creci do profissional ou empresa responsável, evitando falsos corretores. Para Ferreira, o projeto, em prática, seria uma forma de diminuir os casos de estelionato. "É bom para nossa categoria e também para toda sociedade".



Indicação ao Executivo pede lei com normas para fixação de placas para venda e compra de imóveis em Santos com o nome e o registro no Creci

Dicas

- Procure um corretor com experiência neste tipo de contrato. Ele vai saber o que precisa ou não ser feito
- Visite o imóvel. É a melhor forma de não ter surpresas desagradáveis. Se não puder visitar, peça fotos por email
- Sempre faça um contrato de locação, independente do tempo que vai ficar no imóvel. O documento é a única forma de resolver eventuais problemas



Investigador reage a assalto e mata ladrão

Félix de Mello, de 24 anos, o Careca, foi morto no final da madrugada de ontem ao tentar assaltar um investigador na saída de uma festa em Guarujá.

O policial civil, que atua na capital, alegou que agiu em legítima defesa pois ficou sob a mira do revólver do marginal, que ordenou a entrega de seu carro. O caso aconteceu na Rua Desembargador Euclides da Silveira, ao lado do Hotel Delphin.

Após realizar o disparo, o

policial ainda prendeu Rafael dos Santos de Lima, de 28 anos, comparsa de Careca no assalto.

Conforme informações do boletim de ocorrência, Careca ainda chegou a ser levado ao

Hospital Santo Amaro (HSA), onde foi constatada a morte.

O caso foi registrado na Delegacia-sede de Guarujá pela equipe do dele-

gado Georges Chehade sob a natureza de tentativa de roubo e resistência seguida de morte.

Comparsa do marginal morto foi preso pelo policial civil



CÂMARA CASSA UM E QUATRO RENUNCIAM

Após 27 horas de sessão, Helder Saraiva de Albuquerque (PV) foi o único cassado entre os oito acusados

Uma cassação e quatro renúncias. Esse foi o saldo ao final das 27 horas de sessão na Câmara de Guarujá. Helder Saraiva de Albuquerque (PV) foi o único dos oito acusados que teve o mandato cassado. Mário Lúcio da Conceição (PR), Gilson Salgado (PR), Honorato Tardelli Filho (PR) e Joaci Cidade Alves (PTB) renunciaram aos seus cargos, na última hora, alegando "motivos de foro íntimo".

A estratégia dos quatro



Para escapar da cassação, quatro parlamentares renunciaram ao mandato na sessão de sexta

garante a manutenção de seus direitos políticos. Ou seja, como escaparam do julgamento e da virtual cassação, podem concorrer às eleições municipais de outubro, quando poderão assegurar, nas urnas, o retorno ao Legislativo. O mesmo não vai ocorrer com Helder, que terá os direitos políticos suspensos por oito anos.

Em votação secreta, oito vereadores optaram por cassar seu mandato (justamente o número necessário para tal, representando dois terços dos 14 vereadores), votando sim ao relatório da Comissão Processante (CP), que concluiu que o ex-parlamentar recebia

propinas para aprovar projetos de interesse do Executivo. Outros quatro vereadores rejeitaram o relatório e houve uma abstenção.

Interesse

Depois do anúncio do resultado, Helder questionou o presidente da Casa, Carlos Eduardo Pirani (PRP), sobre o fato de Elias Alvino (PSDC), que assumiu sua cadeira após o afastamento determinado pelo Tribunal de Justiça (TJ), há um ano, ter votado, na medida em que teria interesse direto na causa. Pirani respondeu que Elias poderia votar desde que não interferisse diretamente no resultado: "Agora é uma ques-

tão de interpretação jurídica", disse o presidente.

Helder adiantou que pretende levar o caso à Justiça. Ao deixar a Câmara, ele não quis falar com a Imprensa, e anunciou o fim da vida pública.

Liminar

Três dos oito vereadores acusados de participação no escândalo do mensalinho conseguiram evitar, por meio de liminar judicial, seus julgamentos políticos: Sirana Bosonkian (PDT), Nilson de Oliveira Fontes (PR) e Marcos Evandro Ferreira (PR). A Comissão Processante entrou com recurso no Tribunal de Justiça (TJ) para reverter a decisão.

Comissão está satisfeita com resultado

O presidente da Comissão Processante, Paulo Piasenti (PSDB) falou sobre a decisão. "A comissão sustenta que houve o mensalinho. Nada mais justo que a cassação. É uma vitória para o Legislativo e para a população". Os vereadores que re-

nunciaram discursaram no plenário e voltaram a alegar inocência. "Sou 1º suplente na Assembléia Legislativa, não poderia correr risco", disse Joaci. Mário Lúcio está confiante em um retorno. "Deus deu esse fardo para eu carregar, de ter

que renunciar para poder sair candidato, para que o povo me julgue". Tardelli se disse injustiçado e que não enriqueceu na política. "Entrei na política e só perdi", garantiu, alegando ter se desfeito de bens para pagar advogados.



Fatecs e Etecs podem parar

Os funcionários e professores das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e Faculdades de Tecnologia (Fatecs) do Centro Paulo Souza podem entrar em greve a partir de 1º de março. A decisão foi tomada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps) após assembleia da categoria. Na Baixada Santista, a medida atingirá cerca de 1.500 alunos, com a paralisação de 400 professores e funcionários.

O representante do Sinteps na região, Waldemar Tavares Júnior, explica que a decisão visa sinalizar ao governador José Serra sobre a possibilidade real de paralisação. "Queremos reaver as perdas dos últimos 15 anos. Para isso, gostaríamos que o piso fosse estipulado conforme o Dieese, que é de 5 salários mínimos para 20h semanais de trabalho". O total, segundo ele, seria de R\$ 1.900,00

mensais, contra R\$ 343,46 pagos atualmente.

As ETEs da Baixada Santista são: Aristóteles Ferreira e Dona Escolástica Rosa (em Santos), Adolpho Berezin (Mongaguá), Santos Dumont (Guarujá), além de unidades instaladas em Praia Grande, Itanhaém e Cubatão. Há ainda Fatecs instaladas em Santos e Praia Grande.

Segundo o Sinteps, os profissionais não recebem reajuste salarial desde 2005, nem mesmo para cobrir as perdas inflacionárias. A hora-aula paga a um professor iniciante de Etec é de R\$ 6,09, e de Fatec, R\$ 8,10.

O sindicato informou ainda que está tentando dialogar com o governador desde a posse, mas não obtém resultado.

O *Expresso* não encontrou ninguém do Centro Paula Souza para comentar a possibilidade de greve dos funcionários em função do feriado na Capital.



DESCONHECIDO É ENCONTRADO MORTO EM RIO

A vítima, que foi enforcada, estava de bruços, com pernas e mãos amarradas com um tecido

O corpo de um homem foi encontrado pela polícia nas margens de um rio perto da Rodovia Mogi - Bertiooga, em Bertiooga. A vítima, que não foi identificada, estava amarrada.

Por volta das 16h30 de quinta-feira, segundo os dados do boletim de ocorrência, uma equipe da Polícia Militar foi avisada de que havia um corpo nas pedras do Rio Guaca, na altura do Km 85,5 da rodovia. A vítima foi encontrada de bruços, com as pernas e mãos amarradas com tiras de um tecido roxo.

Foi constatado também que o homem apresentava lesões nas costas e no

rostro. Como o local onde o corpo estava era de difícil acesso, foi necessário o auxílio do Corpo de Bombeiros para que ele fosse retirado. A vítima foi içada até uma ponte da rodovia.

Posteriormente, o corpo foi levado até o Instituto Médico Legal (IML) de Guarujá para realização de exame necroscópico. Segundo o auxiliar de necropsia Sérgio Tadeu Aredes Bonilha, aparentemente, o homem foi enforcado.

Descrição

O rapaz foi descrito como pardo, cabelos longos, pretos e cacheados, aproximadamente 1,70m, entre 30 e 40 anos e com

cicatrizes. Ele vestia camiseta verde, calça jeans azul, uma jaqueta de náilon cinza e aliança na mão esquerda que continha a inscrição "Regina 21.12.03".

No local também foi encontrada uma mochila preta com algumas roupas. O caso foi levado à Delegacia-sede de Bertiooga e atendido pela delegada Maria Aparecida Scanavacca. Auxiliada pela escrivã Gertrudes Soares de Paula, a autoridade confeccionou o boletim de ocorrência sob a natureza de homicídio.

O chefe dos investigadores da delegacia, José Rodrigues, informou que o caso está sendo apurado. Pessoas que tenham informações que auxiliem a polícia a esclarecer o crime podem entrar em contato pelo telefone 3317-1411. Não é necessário se identificar.



Praias

Em Guarujá, cerca de 40 crianças do Projeto Ondas aprendem a importância da limpeza das praias por meio do programa Onda Ecológica. Elas participam de atividades na praia como gincanas que envolvem educação ambiental. Podem participar da iniciativa crianças entre 6 e 12 anos. As inscrições acontecem na Av. Almirante Tamandaré, s/nº, próximo ao Delphin Hotel, na Enseada.

FINAL DO PÉROLA DO ATLÂNTICO

Neste domingo tem Guarujá contra Santos na grande final do tradicional torneio Pérola do Atlântico, na categoria 40 anos. Os guarujaenses do Santa Rosa, que organizam a competição, enfrentam em seu campo a equipe santista do Ouro Preto. O confronto tem início previsto para as 10h30.



Deve existir cotas para pobres em universidades públicas?

"Acho que sim, porque muitas pessoas são discriminadas pela cor e condição social. É uma forma de compensar a falta de oportunidade para pessoas de baixa renda".



José Roberto Bispo, 48 anos, motorista, Morro da Nova Cintra, Santos

"Sim. O pobre tem que ter a mesma chance que os ricos. Não é justo que as faculdades públicas sejam preenchidas apenas por jovens de classe média e alta".



Maria Margarida Fernandes, 57 anos, aposentada, Vicente de Carvalho, Guarujá

"Acredito que sim, porque não é todo mundo que tem condições de custear um bom estudo".



Franci Hélio da Silva, 17 anos, office-boy, Vila Mathias, Santos



MENSALINHO

**Câmara do
Guarujá cassa
vereador**

MARIANA CAMPOS
DA AGENCIA FOLHA, EM SANTOS

A Câmara Municipal do Guarujá (87 km de SP) cassou ontem o mandato do vereador Helder Saraiva de Albuquerque (PV), denunciado por envolvimento no esquema de corrupção conhecido como "mensalinho". Outros quatro vereadores renunciaram antes do início da votação e três conseguiram liminares impedindo que o caso fosse analisado pela Casa.

Relatório final da Comissão Processante que investigava o caso emitiu parecer favorável à cassação dos oito denunciados. A sessão teve início às 11h de quinta e terminou mais de 24 horas depois.

Por telefone, Albuquerque disse que não renunciou por uma questão de dignidade. "Estou com a minha consciência tranquila." Ele nega envolvimento no caso.



Motorista que furar fila será multado em balsas de Santos

Prefeituras de Santos e do Guarujá e PMs vão autuar em R\$ 127,69 os infratores, que receberão 5 pontos na carteira

Decisão se baseia no artigo 211 do Código de Trânsito Brasileiro, que define como infração grave ultrapassar veículos parados em fila

MARIANA CAMPOS
DA AGÊNCIA FOLHA, EM SANTOS

O motorista que for flagrado furando as filas da travessia de balsas Santos-Guarujá, no litoral paulista, será multado por agentes das prefeituras ou por policiais militares, em R\$ 127,69, e ainda receberá cinco pontos na CNH (Carteira Nacional de Habilitação).

A decisão foi tomada anteaitem, dias após a Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.) anunciar que os agentes da empresa que opera o sistema não irão coibir mais os "furões".

De acordo com o coronel Orlando Geraldi, comandante da Polícia Militar na Baixada Santista e no Vale do Ribeira, a decisão está baseada no artigo 211 do Código de Trânsito Brasileiro, que define como infração grave "ultrapassar veículos em

fila, parados em razão de sinal luminoso, cancela, bloqueio viário parcial ou qualquer outro obstáculo".

A Dersa afirma que a decisão de impedir que os agentes da operadora coíbam os "furões" foi motivada pelas constantes ameaças e agressões das quais os funcionários eram vítimas.

Segundo o gerente da Divisão de Travessias Litorâneas da Dersa, Wagner Fernandes, os agentes não têm poder para obrigar os motoristas a voltar para o início das filas.

O diretor-presidente da CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) em Santos, Rogério Crantschaninov, diz que as multas poderão ser aplicadas pelos agentes de trânsito e pelos policiais militares. "Antes, a orientação dos agentes da fila era suficiente, e não havia embate", afirma. "Estamos tendo de endurecer e aplicar a legislação de trânsito."

Na temporada, as filas para atravessar de uma cidade para outra podem levar mais de uma hora. Por isso, nos dias de pico, os agentes de trânsito de San-

tos e do Guarujá também fecharão os retornos ao longo da pista onde há fila de espera para impedir que "espertinhos" furem. A Dersa também estuda ampliar o número de funcionários ao longo da fila.

"Está certo multar. Todo mundo tem pressa, mas, quem precisa, sai mais cedo de casa. Eu mesmo já fiz gente sair da minha frente [após furar a fila]", afirma o vendedor Vinício de Sousa, 40.

Antes da decisão da Dersa, o "furão" era obrigado, por um agente, a retornar ou a esperar antes de embarcar. O funcionário retirava o "espertinho" sempre que outro motorista reclamava. Agora, o agente da Dersa vai só orientá-lo a retornar ao começo da fila. Se ele não atender, a PM será chamada. Se houver nova recusa, mesmo com a ordem do policial, o motorista será encaminhado à delegacia e autuado por desobediência. Participaram da reunião que decidiu pelo reforço na fiscalização representantes da Dersa, da PM e das prefeituras de Santos e do Guarujá.



PROPINA. Devido a liminares, Sirana Bosonkian, Nilson de Oliveira Fontes e Marcos Evandro Ferreira não foram julgados

Denúncia em Guarujá acaba em cassação e renúncias

Sessão da Câmara teve duração de 27 horas

Terminou com uma cassação e quatro renúncias a sessão de julgamento dos oito vereadores acusados de recebimento de propina em Guarujá. Helder Saraiva de Albuquerque (PV) foi o único que teve o mandato cassado. Joaci Cida de Alves (PTB), Honorato Tardelli Filho (PR), Mário Lúcio da Conceição (PR) e Gilson Salgado (PR) renunciaram na última hora. **A-11**

Clipping Diário



Continua



MENSALINHO. Helder Saraiva perdeu direitos políticos por 8 anos. Mário Lúcio, Honorato Tardelli, Joaci Alves e Gilson Salgado abriram mão do mandato

Câmara cassa um e quatro renunciam

TADEU FERREIRA JR.

DA REDAÇÃO

Uma cassação e quatro renúncias. Esse foi o saldo ao final das 27 horas de sessão na Câmara de Guarujá. Helder Saraiva de Albuquerque (PV) foi o único dos oito acusados que teve o mandato cassado. Mário Lúcio da Conceição (PR), Gilson Salgado (PR), Honorato Tardelli Filho (PR) e Joaci Cidade Alves (PTB) renunciaram aos seus cargos, na última hora, alegando "motivos de foro íntimo".

A estratégia dos quatro garante a manutenção de seus direitos políticos. Ou seja, como escaparam do julgamento e da virtual cassação, podem concorrer às eleições municipais de outubro, quando poderão assegurar, nas urnas, o retorno ao Legislativo. O mesmo não vai ocorrer com Helder que terá os direitos políticos suspensos por oito anos.

Em votação secreta, oito vereadores optaram por cassar seu mandato (justamente o número necessário para tal, representando dois terços dos 14 vereadores), votando sim ao relatório da Comissão Processante (CP) que concluiu que o ex-parlamentar

recebia propinas para aprovar projetos de interesse do Executivo. Outros quatro vereadores rejeitaram o relatório e houve uma abstenção.

Depois do anúncio do resultado, Helder questionou o presidente da Casa, Carlos Eduardo Pirani (PRP), sobre o fato de Elias Alvino (PSDC), que assumiu sua cadeira após o afastamento determinado pelo Tribunal de Justiça (TJ), há um ano, ter votado, na medida em que teria interesse direto na causa. Pirani respondeu que Elias poderia votar desde que não interferisse diretamente no resultado: "Agora é uma questão de interpretação jurídica", disse o presidente.

Helder adiantou que pretende levar o caso à Justiça. Ao deixar a Câmara, ele não quis falar com a Imprensa, e anunciou o fim da vida pública.

Três dos oito vereadores acusados de participação no escândalo do mensalinho conseguiram evitar, por meio de liminar judicial, seus julgamentos políticos: Sirana Bosonkian (PDT), Nilson de Oliveira Fontes (PR) e Marcos Evandro Ferreira (PR). A Comissão Processante entrou com recurso no TJ para reverter a decisão.



Vereadores consideram justa a decisão

Depois de decidirem no Legislativo o futuro dos parlamentares acusados de corrupção, vereadores falaram sobre a resposta dada à população. “A comissão sustenta que houve o mensalinho. É uma vitória para o Legislativo de Guarujá e para a população, que queria uma resposta”, classificou o presidente da CP, Paulo Piasenti (PSDB).

Luís Carlos Romazzini (PT) espera que o Legislativo resolva logo a situação dos três acusados que têm liminares judiciais: “Tardiamente, a Câmara fez a sua parte, marcou a sessão, julgou. Espero que agora a Câmara engate uma marcha e siga em frente”.

Elias Alvino, que com a cassação de Helder passa a ser definitivamente o dono da cadei-

ra que já ocupa há um ano, foi discreto: “O resultado é legal. Daremos continuidade ao nosso trabalho”.

Presidente da Câmara, Carlos Eduardo Pirani, aprovou o resultado: “Foi bom”. Ituo Sato (PP) não considera o processo injusto: “A comissão cumpriu com o papel dela. Quem se sentir injustiçado, deve recorrer à Justiça”.



Acusados esperam voltar à Casa

Os acusados voltaram a alegar inocência. No final, a pouco instantes de apresentar as cartas de renúncia, dois deles voltaram à tribuna. "Sou primeiro suplente na Assembleia (Legislativa), não poderia correr esse risco (de ser cassado e perder os direitos políticos)", afirmou Joaci Alves.

Pastor da Igreja Universal, Joaci, que foi substituído por Arnaldo do Nascimento (PDT), mandou um recado: "Agora não é o Judiciário. Eu é que não quero mais a cadeira de vereador. Se alguém queria minha cadeira, pode pegar". Vereador mais votado em 2004, Joaci lembrou que teve sucesso na campanha a deputado estadual em 2006, logo após o surgimento do escândalo do mensalinho. "Apesar de tudo o que falaram, tivemos quase 50 mil votos", lembrou. Mário Lúcio está confiante

em um breve retorno. "O povo confiará no meu trabalho, como já confiou duas vezes". Em seguida, ele conclamou a solidariedade de seus eleitores, a quem chamou de família Mário Lúcio: "Continuem acreditando no nosso trabalho porque isso é só uma pausa. A partir de amanhã estaremos na rua, de braços dados, com os dentes afiados. Lutando por cada voto que a gente puder trazer para a nossa família", finalizou.

Honorato Tardelli se disse injustiçado e afirmou que não enriqueceu na política. tanto que teria vendido propriedades para pagar advogados. "Vocês estão acabando com a minha vida. Já morreu vereador nesta Cidade por causa de cadeira de vereador", disse, referindo-se aos dois parlamentares assassinados durante seus mandatos: Orlando Falcão, em 1997, e Ernesto Pereira, em 2001.



Escândalo veio à tona em 2006

■■■ No dia 6 de setembro de 2006 o escândalo do mensalinho era veiculado em rede nacional. As imagens foram gravadas a partir de uma câmera escondida dentro de um televisor no gabinete da presidência da Câmara. Na ocasião, foram mostrados vídeos onde Nilson de Oliveira Fontes, Marcos Evandro Ferreira, Mário Lúcio da Conceição recebiam objetos das mãos do presidente, Gilson Salgado, identificados por eles como convites para a Festa da Tainha, mas interpretados pelo Ministério Público (MP) como sendo dinheiro.

Dias depois, novas gravações vieram à tona mostrando a suposta participação de Helder Saraiva de Albuquerque, Sirana Bosonkian, Joaci Cida-de Alves e Honorato Tardelli Filho no suposto esquema de corrupção, além do ex-presi-

dente da Câmara, José Nilton Lima de Oliveira, o Doidão.

O MP acusou os vereadores de receberem dinheiro para aprovar projetos do Executivo e apontou como mantenedor do esquema o prefeito Farid Madi. A Justiça acabou afastando liminarmente, ainda em 2006, oito acusados, que acabaram retornando a seus cargos em seguida. Em decisão do Tribunal de Justiça, eles foram novamente afastados, situação que perdura até hoje, enquanto o caso não é julgado. Farid, porém, em nenhum momento sofreu qualquer sanção judicial.

Na Câmara, porém, a resposta demorou. Duas comissões processantes foram instaladas e arquivadas. Apenas em setembro de 2007, mais de um ano após o escândalo, foi aprovada a criação da CP que culminou com as quatro renúncias e uma cassação.



Acusados

Clipping Diário



Helder Saraiva de Albuquerque (PV)*
Número de votos em 2004: 1.027
Conclusão da Comissão: Tinha conhecimento do esquema de corrupção, inclusive reivindicava seus pagamentos por já estar defendendo o prefeito Farid Madi.
Situação atual: cassado pelo Legislativo.
(* Substituiu José Nilton de Oliveira, o Doi-dão, que teve o mandato extinto em 2006.



Joaci Cidade Alves (PTB)
Número de votos em 2004: 4.137
Conclusão da Comissão: Não só tinha conhecimento do esquema de corrupção como também foi flagrado recebendo dinheiro, em troca de apoio na bancada de apoio ao prefeito.
Situação atual: renunciou ao mandato.



Honorato Tardelli Filho (PR)
Número de votos em 2004: 3.482
Conclusão da Comissão: Não só tinha conhecimento do esquema de corrupção como também foi flagrado recebendo dinheiro, em troca de apoio na bancada de apoio ao prefeito.
Situação atual: renunciou ao mandato.



Mário Lúcio da Conceição (PR)
Número de votos em 2004: 2.644
Conclusão da Comissão: Era uma espécie de líder entre os envolvidos, a quem incumbia a missão de reivindicar vantagens junto ao prefeito. Foi flagrado recebendo R\$ 7 mil.
Situação atual: renunciou ao mandato.



Gilson Salgado (PR)
Número de votos em 2004: 2.027
Conclusão da Comissão: Não só tinha conhecimento do esquema de corrupção como também foi flagrado recebendo dinheiro em troca de apoio na bancada do prefeito.
Situação atual: renunciou ao mandato.



Multas na travessia

O desrespeito de alguns motoristas que furam a fila de embarque das balsas da travessia entre Santos e Guarujá, na Ponta da Praia, poderá chegar ao fim. Pelo menos é o que tentarão as autoridades de trânsito das duas cidades, a Dersa e a Polícia Militar. Isso, é claro, depende do poder público aplicar a lei e punir os infratores que prejudicam aqueles que pacientemente aguardam sua vez de embarcar. A promessa é policiais militares e agentes de trânsito multarem os chamados furões em R\$ 127,00 com base no artigo 211 do Código de Trânsito Brasileiro, que considera grave a ultrapassagem de veículos em fila ou cancela, entre outras situações. Esse item também im-

põe cinco pontos na carta de habilitação.

A crise de autoridade na fila da balsa começou após a Dersa anunciar que seus agentes deixariam de coibir a ação desses motoristas, alegando não ter poder de polícia. Se por um lado a medida deixou desprotegida a maior parte dos usuários, por outro expôs a empresa ao Ministério Público, que prometeu investigar o caso. Agora, espera-se que as instituições envolvidas atuem com firmeza combatendo esse desrespeito. Resolvida essa questão, será uma ótima oportunidade para que os próprios motoristas passem a cobrar com mais vigor da Dersa o aumento da eficiência nesse meio de transporte.



'MENSALINHO' Quatro renúncias e uma cassação em Guarujá

A conturbada sessão de julgamento dos oito vereadores acusados de envolvimento no esquema do 'mensalinho' terminou com apenas a cassação de Helder Saraiva de Albuquerque, após 27 horas. Já Mário Lúcio da Conceição, Gilson Fidalgo Salgado, Joaci Cidade Alves e Honorato Tardelli Filho, renunciaram aos seus mandatos para não perderem os direitos políticos. Sirana Bosonkian, Marcos Evandro Ferreira e Nilson de Oliveira Fontes, não foram julgados por força de liminar. A Câmara tenta barrar as liminares na Justiça. **Página 3**



A sentença no caso 'mensalinho' foi declarada 27 horas após o início do julgamento no plenário da Câmara; apenas o vereador Helder Saraiva de Albuquerque teve o mandato cassado e seus direitos políticos suspensos



4 vereadores de Guarujá renunciam e 1 é cassado

A sessão teve duração de 27 horas; Helder Saraiva de Albuquerque foi cassado

Da Reportagem

Após 27 horas de sessão, terminou o julgamento dos vereadores acusados de envolvimento no esquema de propina intitulado de 'mensalinho'. Os vereadores Mário Lúcio da Conceição, Joaci Cidade Alves, Honorato Tardelli Filho e Gilson Fidalgo renunciaram ao cargo. O vereador Helder Saraiva de Albuquerque, que preferiu não renunciar foi julgado e cassado com oito votos a favor, quatro contra e um voto nulo.

Sirana Bosonkian, Marcos Evandro e Nilson de Oliveira Fontes conseguiram na Justiça uma liminar e tiveram o direito de não serem julgados até a queda do mandato de segurança.

Segundo o presidente da Comissão Processante que investiga o caso, Paulo Piasenti, o resultado foi válido e a câmara cumpriu o seu papel. "Dentro dos autos a prova é lícita e nada mais justo que a cassação. Outros vereadores buscaram o caminho da renúncia. Eu entendo que é uma vitória para o legislativo do Guarujá e para a população que queria uma resposta dessa situação. Há um ano que estamos vivendo nesse escândalo, os vereadores recendo seus salários e o povo indignado. A Câmara mostrou sabedoria, equilíbrio e fez o seu papel".

O vereador Marcelo Gaspar, que é relator da comissão também concorda com Piasenti e alega que a população cobrava uma resposta dos vereadores. "A câmara independente da cassação ou não, tinha que dar uma resposta à comunidade. O vereador que foi cassado foi um entendimento da maioria dos pares, infelizmente ou felizmente poderia ocorrer. Já os vereadores que renunciaram entenderam que não gostariam de passar por esse julgamento político. O procedimento político em si era a resposta que a população esperava".

Já o líder do governo na câmara, Ituo Sato, disse que a mudança do regimento interno da Câmara prejudicou os vereadores acusados e por isso eles devem recorrer à Justiça. "Não estou dizendo que



A Câmara recorrerá judicialmente contra as liminares que impediram o julgamento de Sirana, Nilson e Marcos Evandro

o resultado foi injusto. É que essa mudança do regimento veio a ferir a Lei Federal nº 201/67 que prevê para a cassação 2/3 de votos e foi mudado para maioria absoluta. Na Lei Federal o vereador seria cassado com 10 votos e nesta mudança com oito. Além disso, o tempo da comissão processante para entregar os trabalhos passou de 90 para 120 dias. Portanto quem se sentir injustificado deve recorrer à Justiça".

Sato ainda ressaltou que vai propor que o regimento seja modificado para se igualar à Lei Federal. "Eu proponho que se faça uma revisão no nosso regimento interno para se adequar à Lei Federal, é isso que eu defendo. Vou propor isso assim que eu voltar do recesso".

Renúncia

Com a renúncia, os vereadores Mário Lúcio da Conceição, Gilson Fidalgo, Joaci Cidade Alves e Honorato Tardelli Filho perderam suas respectivas cadeiras no Legis-

lativo guarujaense, mas não perderam seus direitos políticos e podem concorrer às próximas eleições.

Tal decisão causou indagações entre os pares, que acreditam que os vereadores driblaram a possibilidade de ficarem inelegíveis durante oito anos. "No caso de renúncia, eles perderam a cadeira e não o direito político. Os advogados decidiram pela renúncia para que não tivessem os direitos políticos prejudicados. Eu achei bom o resultado e foi um bom trabalho dos vereadores da Câmara de Guarujá", disse o presidente da Casa, Carlos Eduardo Pirani.

"É complicado você analisar a renúncia dos outros. Na verdade a lei brasileira tem essa possibilidade. Eles estão exercendo um direito, quem tem que julgar se pode se candidatar ou não nas próximas eleições é o povo", alegou o vereador Luis Carlos Romazzini.

Liminar

Os vereadores Sirana Bosonkian, Nilson de Oliveira Fontes

e Marcos Evandro conseguiram uma liminar que impedia que os três parlamentares fossem julgados. Por enquanto, os vereadores se 'safaram' do julgamento, mas este quadro ainda deve ser modificado, afirma Marcelo Gaspar. Segundo o vereador, a comissão processante já entrou com um agravo para derrubar a liminar e levar os três parlamentares acusados a julgamento. "O mandato de segurança trançou o prazo na aquela época, mas a partir do momento que essa liminar for derrubada, eles vão para julgamento da mesma forma que os outros. A menos que eles renunciem como os outros vereadores fizeram. A abre a sessão de julgamento eles apresentam suas respectiva renúncias. Mas isso ocorrerá somente quando a liminar cair".

Romazzini está confiante de que as liminares serão derrubadas. "Nós acreditamos na quebra das liminares dos outros três possamos realizar em breve um sessão de julgamento".

Clipping Diário

Continua



Helder se arrisca, não renuncia e é cassado

O vereador Helder Saraiva de Albuquerque foi paciente e aguardou mais de 27 horas de sessão para saber o futuro de seu destino político. Ele acompanhou a sessão que começou às 11h30 de quinta-feira e se estendeu até as 14h30 de ontem. Em seu discurso, durante o tempo em que poderia se manifestar, o parlamentar sempre alegou inocência.

Helder viu os colegas do Legislativo Sirana Bosonkian, Nilson de Oliveira Fontes e Marcos Evandro se safarem do julgamento, através de uma liminar judicial.

Também acompanhou a renúncia dos vereadores Mário Lúcio da Conceição, Joaci Cidade Alves, Honorato Tardelli e Gilson Fidalgo. Porém, decidiu se arriscar, não renunciou e foi a julgamento. Às 14h25 de ontem, saiu o resultado. Helder foi cassado pelos vereadores com 8 votos favoráveis, 4 contrários e 1 nulo.

Atento a sentença anunciada pelo presidente da Casa, Carlos Eduardo Pirani, Helder somente pediu a palavra à tribuna. "Eu saio daqui com a sensação de dever cumprido e com a certeza de que poderei cuidar da minha vida de agora para



frente. Eu não tenho vergonha nenhuma de ter sido político ao longo desses mais de 20 anos, porque muitas vezes você expõe a sua família e amigos a situações o tanto quanto constrangedoras. Muito obrigado a todos e me desculpem se de alguma forma, em algum instante, não fui da melhor maneira possível o que alguns desejariam ou queriam".

Cansaço e confusão marcam julgamento

A leitura do processo entrou noite a dentro e durou até o início da manhã de ontem. Depois dessa etapa, os vereadores não envolvidos no caso tiveram 15 minutos para explicações. Em seguida, os vereadores acusados e seus procuradores usaram o direito de defesa no limite máximo de até duas horas.

O primeiro a se pronunciar foi Gilson Salgado (PMDB). Pedindo calma na votação, ele alegou falta de provas. Sobre a origem do dinheiro, que aparece recebendo no vídeo, Salgado disse que se trata de um empréstimo para a compra de um veículo.

Visivelmente esgotado com o decorrer do processo, Helder Saraiva de Albuquerque (PP), disse que a sua cassação foi orquestrada por "interesse de grupos da Cidade". Apointando erros na Comissão, alegou que se julgassem apenas pelas imagens divulgadas, seria absolvido.

Sobre as acusações, disse que teria pedido cópias dos faturamentos da Câmara do ano anterior. Depois de duas solicitações — verbal e por escrito — decidiu ir ao gabi-

nete, justamente no dia do suposto incidente. "Estou aqui (afastado do Poder Legislativo) porque cumpro com o meu direito constitucional de fiscalizar as contas públicas".

Mário Lúcio da Conceição (PFL) apontou falhas no processo e ameaçou rasgar o Regimento da Câmara, aos moldes do deputado Paulo Paim (PT) — que rasgou a Constituição no Congresso — em protesto. O advogado de defesa de Conceição, Victor Manuel Rufino, disse que recebeu o relatório final no dia do início do julgamento. Declarou falta de provas, e pediu o arquivamento do processo, pois, às 0 hora de ontem teria esgotado o prazo de 120 dias do processo. Logo em seguida, anunciou a renúncia de seu cliente.

Na sequência, o Pastor Joaci Cidade Alves (PTB) em sua defesa, renunciou ao cargo. Os procuradores dos outros dois vereadores afastados, Gilson Fidalgo Salgado (PMDB) e Honorato Tardelli Filho (PFL), anunciaram oficialmente a renúncia de seus clientes. Com a renúncia, os ex-vereadores não terão seus direitos políticos cassados e poderão concorrer à próxima eleição.